

Direito irrestrito de greve preocupa

BRASÍLIA — O artigo nono da Constituição, que garante o amplo direito de greve aos trabalhadores, é um dos alvos de uma maioria significativa do novo Congresso. Alterações neste dispositivo interessam a 57% dos parlamentares, contra 39% dos deputados e senadores que pretendem manter o artigo inalterado. Estes números seriam suficientes para aprovar a mudança durante o período de revisão constitucional, quando as reformas necessitarão apenas a maioria absoluta dos Congressistas. Mas os rumos dessa reforma dividem os seus defensores.

Se o direito constitucional de greve for colocado em discussão pelo Congresso que assume na próxima sexta-feira, ele será considerado excessivamente liberal por 46% dos deputados e senadores. Embora o mesmo artigo que assegura o direito determine a sua regulamentação em lei complementar, garantindo a manutenção das atividades essenciais e prevendo penalidades para os abusos, 7% de deputados e senadores optariam por limitar o exercício da

greve. Mas a preocupação da maioria é com as paralisações nas atividades essenciais: 155 congressistas, entre eles 141 deputados e 14 senadores, pretendem aprovar mecanismos que garantam maior controle das greves nesses serviços.

A ampliação do direito de greve só teria a seu favor pouco mais de 6% dos parlamentares consultados. A maioria de seus defensores está dentro dos partidos de oposição, especialmente PT e PDT e nos dois partidos comunistas. Entre eles, principalmente os que têm suas bases nos movimentos sindicais, como os brasilienses Augusto de Carvalho (PCB), representante dos bancários, e Maria Laura (PT), líder dos servidores públicos. Mas, dentro dos governistas, também há defensores da proposta. Parlamentares do PRN querem ampliar o direito de greve, como o paranaense Luciano Pizzato. Os outros representantes do partido do Presidente Collor se uniriam ao PL, PDC, PDS e PFL para limitar esse direito trabalhistas.